



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Este Termo de Referência tem por objeto a aquisição, por intermédio de Registro de preços, de aparelho de ar condicionado do tipo *split*, com etiqueta de eficiência energética, instalados, visando atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso e suas descentralizadas (delegacias de Barra do Garças e de Rondonópolis), conforme distribuição do quantitativo por localidade no quadro abaixo:

ITENS	LOCALIDADE	EQUIPAMENTOS BTU'S	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Superintendência Regional de Polícia Federal – MT	18.000	UNID	80
2		60.000		10
3	Delegacia de Barra do Garças – MT	24.000		10
4		30.000		05
5		48.000		02
6	Delegacia de Rondonópolis - MT	18.000		21
7		22.000		02
TOTAL DOS EQUIPAMENTOS				130

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DOS EQUIPAMENTOS POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

2.1 A aquisição do bem acima elencado justifica-se pela necessidade de dotar o ambiente das salas com o mínimo possível de conforto climático apropriado a um local de circulação de pessoas, bem como para permitir o funcionamento em temperatura adequada de todos os equipamentos eletrônicos, em especial computadores, instalados nas salas.

2.2 Com as mudanças do layout, necessariamente foram criados novos ambientes ocasionalmente o aumento em várias salas para melhor proporcionar um melhor ambiente de trabalho tanto na Superintendência, quanto nas delegacias de Barra do Garças e Rondonópolis. Nesse caso, para atender a refrigeração desses ambiente e, juntamente, a troca dos aparelhos antigos, muitos com mais de 10 anos de uso, o que tem ocasionando, um maior número de manutenções, consequentemente, onerando o contrato de manutenção de ar condicionado e também provocando um gasto maior de energia, se faz necessária a aquisição de novos aparelhos de ar condicionado do tipo *Split*.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



2.3 Quanto à necessidade da instalação, a SR/DPF/MT deveria dispor de ferramental e pessoal habilitado na área em comento, porquanto são imperativas a especialização e a qualificação na prestação dos serviços de instalação dos equipamentos. Todavia, verificada a falta de recursos humanos com essas características nesta Superintendência e não sendo de interesse da Administração, por razões econômicas, manter um quadro funcional efetivo com as especializações e qualificações exigidas, é imprescindível que a empresa contratada além do fornecimento dos equipamentos de ar condicionado, realize a instalação desses equipamentos. Essa contratação constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público.

2.4 Diante do exposto, a melhor solução encontrada nos estudos, visando suprir esta Superintendência Regional e suas descentralizadas (delegacias de Barra do Garças e Rondonópolis) foi a aquisição e instalação de EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, do tipo *SPLIT*, via Sistema de Registro de Preços. Essa solução impede que se engesse o processo de contratação, demandando uma maior agilidade na solução, conforme a SR/DPF/MT tenha necessidade de ajustes de layout e disponibilidade financeira para o desembolso.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005.

4. LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1 O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a **15(quinze)** dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

4.2 Os bens deverão ser entregues e instalados, em dias úteis, dentro do horário de funcionamento da Superintendência Regional e de cada delegacia nos seguintes endereços abaixo:

- **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO**

ENDEREÇO: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1205, Bairro Araés – CEP: 78.008-902 – Cuiabá/MT.

- **DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM BARRA DO GARÇAS/MT**

ENDEREÇO: Rua Simião Arraia, nº 377, Centro – CEP: 76.600-000 – Barra do Garças/MT.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



• **DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDONÓPOLIS/MT**

ENDEREÇO: Rua Sete de Setembro, nº 558, Bairro Vila Birigui – CEP: 78.705 – 010 – Rondonópolis/MT.

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

5.1 Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

5.2 Todos os materiais utilizados na instalação, sem exceção deverão ser sempre novos e de primeiro uso, estar em plena conformidade com as especificações de fabricação, uso e finalidades, sendo totalmente proibida a reutilização das instalações antigas (já existente).

5.3 Para a execução de todo e qualquer serviço de instalação, caberá preliminarmente à empresa contratada a apresentação de um Projeto com toda a infraestrutura de distribuição, o qual deverá ser submetido para aprovação formal da equipe designada pela CONTRATANTE, permitindo que as alterações necessárias sejam providenciadas antes do início das instalações.

5.4 O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado por um servidor designado pela CONTRATADA, da seguinte forma:

5.4.1 Provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega dos equipamentos, para posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas, devendo ser emitido **Termo de Aceite Provisório (TAP) – Anexo A.**

5.4.2 Definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, depois de concluídas: a instalação, a verificação da qualidade e quantidade, ocasião em que será emitido o competente **Termo de Aceitação Definitivo (TAD) – Anexo B.**

5.5 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será emitido o Termo de Aceitação e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



5.6 Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade.

5.7 Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

5.7.1 A empresa contratada procederá a desembalagem, instalação e configuração dos produtos para a realização dos testes de funcionamento, na presença e supervisão de um responsável designado pela CONTRATANTE para recebimento na Superintendência Regional e nas delegacias.

5.7.2 Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no Anexo "A", sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

5.8 Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

5.8.1 caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo "A" e da proposta vencedora;

5.8.2 caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo e

5.8.3 caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

5.9 Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pela CONTRATANTE.

6. DA GARANTIA

6.1 Os equipamentos e seus componentes **deverão ter garantias contra defeitos de fabricação pelo prazo de 12 (doze) meses**, ou o indicado na proposta, **se superior**, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, contados a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.

6.2 Os equipamentos **efetivamente instalados**, em caso de qualquer falha de operação, deverão obrigatoriamente ser reparados em, no máximo, **05 (cinco) dias** úteis a contar do recebimento da comunicação.

6.3 A licitante vencedora será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição do produto objeto deste Termo de Referência, quando o mesmo apresentar defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



6.4 Aplica-se no que couber, o termo do Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto ou de peças, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

7. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1 O serviço de assistência técnica deverá ser prestado mediante manutenção corretiva, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, **durante o prazo de garantia**, com a finalidade de manter os aparelhos de ar condicionados em perfeitas condições de uso.

7.2 Entende-se por manutenção corretiva, para fins a que se destina este Termo de Referência, aquela destinada a remover os defeitos de fabricados apresentados pelos aparelhos de ar condicionado, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

7.3 Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, que deverá disponibilizar número de telefone em Cuiabá/MT ou 0800, para prestar serviço de suporte técnico ou outros meios de comunicação apontados pelo mesmo.

7.4 O prazo para realizar os serviços de assistência técnica nos aparelhos de ar condicionado, compreendendo reparos e substituições de peças, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento, será de até **24 (vinte e quatro)** horas, contados a partir da solicitação da CONTRATADA.

7.5 Nos casos em que a solução do problema for ultrapassar os prazos previstos acima, o equipamento deverá ser substituído por outro de igual ou maior desempenho e configuração igual ou superior, até que o defeituoso seja recolocado em operação.

7.6 Em caso de substituição do equipamento, este deverá ser realizado no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas, após a notificação pela CONTRATANTE.

7.7 A licitante vencedora deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica, com peças novas e originais do fabricante do equipamento.

7.8 É da responsabilidade da CONTRATADA e/ou da empresa indicada para assistência técnica:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



7.9 Fornecer aos seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis.

7.10 Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução da assistência técnica, pagando os emolumentos prescritos em lei.

7.11 Deverá, ainda, garantir o fornecimento de peças, sobressalentes e componentes do equipamento durante o período de **05(cinco)** anos.

7.12 Correrá por conta da CONTRATADA todas as despesas (mão-de-obra, peças, fluídos e lubrificantes inclusos no descritivo de manutenção do manual de uso do equipamento), referentes às manutenções periódicas constantes do manual de instrução.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS APARELHOS E DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO:

8.1. Aparelhos:

- Controle remoto digital sem fio.
- Velocidades do ventilador baixa, média e alta (via controle remoto).
- Aletas vertical e horizontal móveis.
- Controle automático da temperatura selecionada (controle de temperatura eletrônico).
- Termostato eletrônico.
- Saídas de ar frontais.
- Tensão – 220V.
- Frequência – 60 Hz.
- Cor – Branco ou Bege.
- Baixo consumo de energia – obrigatório – **menor faixa de classificação** no consumo de energia com **certificação do INMETRO – Selo PROCEL e ENCE- Etiqueta Nacional de Conservação de Energia.**

8.2. Serviço e materiais inclusos na instalação:

- Interligação elétrica de força e comando de unidades;
- Execução de serviços de furações do tipo não destrutivo em laje, recomposições de gesso, recomposições de alvenaria e recomposições de pintura;
- Fornecimento e instalação das tubulações frigorígenas de até 05 metros (alta e baixa) dimensionadas, conforme informação do fabricante e a devida perda de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



carga, quadro geral de alimentação trifásico com disjuntor separado para cada unidade condensadora.

- A serpentina das unidades evaporadoras e condensadoras deverão ser construída com aletas de alumínio corrugado e tubos de cobre, expandidos mecanicamente, proporcionando ótimo desempenho e durabilidade;
- A licitante vencedora deverá fornecer todos os materiais de instalação, tais como: tubulações de Cobre, isolamento esponjoso, base para condensadora, base para evaporadora, bomba de condensação, barra rosqueadora, etc.
- Acompanhamento e supervisão técnica de todo o serviço.
- Garantia da instalação de **90 (noventa)** dias.
- Prazo de instalação **05(cinco)** dias a partir da autorização para início.

8.3 Quadro Demonstrativo das especificações dos equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	CATMAT
01	APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 18.000 BTU'S TIPO SPLIT HI WALL, CLASSE A	244002
02	APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 22.000 BTU'S TIPO SPLIT HI WALL, CLASSE A	354890
03	APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 24.000 BTU'S TIPO SPLIT HI WALL, CLASSE A	353147
04	APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 30.000 BTU'S TIPO SPLIT HI WALL, CLASSE A	302693
05	APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 48.000 BTU'S TIPO SPLIT PISO/TETO, CLASSE A	286177
06	APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 60.000 BTU'S TIPO SPLIT PISO/TETO, CLASSE A	239713

- **Obs.:** As especificações e características dos equipamentos são apenas referenciais. Qualquer especificação técnica que restrinja o fornecimento a um só fabricante não deve ser considerada, prevalecendo as especificações similares para assegurar a observância ao princípio da competitividade.
- **Obs.:** Em caso de divergência entre o detalhamento dos materiais publicados no Sistema Comprasnet e na Nota de Empenho em relação à descrição constante no Termo de Referência, prevalecerão as deste termo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Polícia Federal
Fls nº _____
CEL/SR/DPF/MT

8.4 Quadro demonstrativo de quantitativos/valor estimado para aquisição:

ITENS	LOCALIDADE	EQUIP. BTU'S	(A) QTD	(B) PREÇO DO EQUIPAMENTO R\$	(C) PREÇO DA INSTALAÇÃO R\$	(D) VALOR DO EQUIPAMENTO E INSTALAÇÃO (B+C) R\$	VALOR TOTAL (AxD) R\$
1	Superintendência Regional de Polícia Federal – MT	18.000	80	1.699,33	421,67	2.121,00	169.680,00
2		60.000	10	4.866,00	843,33	5.709,33	57.093,33
3	Delegacia de Barra do Garças – MT	24.000	10	2.484,88	293,33	2.778,21	27.782,13
4		30.000	05	3.134,14	353,33	3.487,47	17.437,37
5		48.000	02	4.788,36	590,00	5.378,36	10.756,73
6	Delegacia de Rondonópolis - MT	18.000	21	2.033,33	406,67	2.440,00	51.240,00
7		22.000	02	2.356,67	433,33	2.790,00	5.580,00
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS R\$							339.569,56



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados – ITEM 4 – deste Termo de Referência, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

9.1.1.1 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.2.1 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da CONTRATADA, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos.

9.1.3 Apresentar, expressamente, logo após a assinatura do contrato, o nome das empresas responsáveis pela assistência técnica, com os seguintes dados: Razão Social, CNPJ, endereço com CEP, número de telefone e de fax, e-mail, e nome da pessoa responsável para contato.

9.1.4 Prestar garantia técnica dos aparelhos de ar condicionado, cujo prazo não poderá ser inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.

9.1.5 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, conforme prevê o parágrafo 1º, inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93.

9.1.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATADA, inerentes ao objeto da presente licitação.

9.1.7 Comunicar à CONTRATADA, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazo previsto, com a devida comprovação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

9.1.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

9.1.10 Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à CONTRATADA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega e instalação dos materiais, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

9.1.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.12 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descolamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidem ou venham a incidir na execução do contrato.

9.1.13 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

9.1.14 Só será admitida a oferta de aparelhos de refrigeração e ventilação, cujo fabricante, esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, conforme item 2.833-2/00 do Anexo III da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009.

9.1.15 Só será admitida a oferta de condicionador de ar que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, nos termos da Portaria INMETRO 007, de 04 de janeiro de 2011, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC e tratada da etiquetagem compulsória.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

9.1.16 Informar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente ajuste, desde que autorizado pela SR/DPF/MT, gerenciadora da ata.

9.1.17 Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

9.1.18 Cumprir, rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT.

9.1.19 Utilizar na execução dos serviços de instalação dos equipamentos pessoal especializado, devidamente identificado.

9.1.20 Fornecer para seus funcionários, máquinas e equipamentos necessários para execução dos serviços de instalação de que trata o Termo de Referência.

9.1.21 Todo e qualquer serviço que venha a atrapalhar o bom andamento dos serviços no horário comercial, deverá ser acordado com a CONTRATANTE para não interromper as atividades normais.

9.1.22 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

9.1.23 A licitante vencedora deverá declarar que tem **capacidade de atendimento da garantia ofertada pelo fabricante do equipamento**.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A CONTRATANTE obriga-se:

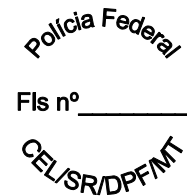
10.1.1 Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

10.1.2 Notificar a empresa fornecedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.1.3 Fornecer por escrito as informações necessárias para o recebimento do material objeto desta licitação, fornecendo todas as facilidades para seu efetivo cumprimento.

10.1.4 Não permitir o recebimento do material em desacordo com o preestabelecido.

10.1.5 Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do material registrado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

10.1.6 Notificar o fornecedor registrado via fax, e-mail ou telefone, para a retirada da Nota de Empenho.

10.1.7 Publicar trimestralmente os preços registrados na Imprensa Oficial, conforme o preceituado no artº 15, § 2º da Lei 8.666/93.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73, da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e o controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.4 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 As decisões que ultrapassem a competência do(s) fiscal(is) deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

11.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATANTE ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS PENALIDADES



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

12.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, a empresa fornecedora ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1.1 Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da empresa fornecedora, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

12.1.2 Multa de:

12.1.2.1 0,2 % (dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades e de

12.1.2.2 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitado ao percentual de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

12.1.2.3 Indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da aquisição, incidente no caso de inexecução total.

12.1.2.3.1 No caso de atraso ou inexecução da entrega do objeto superior a **90 (noventa)** dias, poderá a Administração revogar a ata, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.1.2.4 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado proporcionalmente ao período de inadimplemento.

12.1.3 Poderá ser aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado para a aquisição e, ainda, nos termos do art. 28 do Decreto 5.450/2005, ficar impedida de licitar e contratar com a União, com o descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais, sendo garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, a licitante que não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto registrado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal.

12.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada,

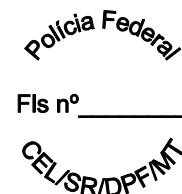


**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

- 12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.4 A multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela SR/DPF/MT.
- 12.5 As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa fornecedora, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação pelo atraso, e aceito pela Administração.
- 12.6 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada (a), por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.
- 12.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 12.8 Também fica sujeito às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 12.9 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos e
- 12.9.1 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- 12.9.2 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.10 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme dispõe a IN 05-MARE de 21/07/1995, alterada pela IN 09-MARE de 16/04/1996.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

- 13.1 Os recursos para a aquisição objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente adquiridos, serão certificados por ocasião de cada compra.

14 DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1 O fornecimento será acompanhado, fiscalizado e atestado por servidor a ser indicado pelo SELOG - Setor de Logística e Administração Policial da SR/DPF/MT, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser comunicadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Cuiabá/MT, de novembro de 2012.

ELIEZER GENTIL DE SOUZA

Chefe do SELOG/SR/DPF/MT
Matrícula 12.638

APROVAÇÃO:

Nos termos do inciso II do art. 9º, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

CÉSAR AUGUSTO MARTINEZ

Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat. 6297
Superintendente Regional
SR/DPF/MT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ANEXO A

TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO (TAP)

A (SUPERINTENDÊNCIA / DELEGACIA), encaminha à empresa <NOME DA EMPRESA>, o **TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO – TAP**, referente à entrega do seguinte material:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO

Responsável(is)

Nome	Nome
Cargo e assinatura	Cargo e assinatura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ANEXO B

TERMO DE ACEITE DEFINITIVO (TAD)

A (SUPERINTENDÊNCIA / DELEGACIA) encaminha à empresa <NOME DA EMPRESA>, o **TERMO DE ACEITE DEFINITIVO – TAD**, referente à entrega do seguinte material:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO

Responsável(is)

Nome	Nome
Cargo e assinatura	Cargo e assinatura